

EMPREENDEDORISMO SOCIAL: ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS SOBRE AS COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

SOCIAL ENTREPRENEURSHIP: ANALYSIS OF ITS IMPACTS ON
COMMUNITIES IN VULNERABLE SITUATIONS

Ciências Sociais Aplicadas • 25/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/774077716](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/774077716)

Hernan Crespo Almeida Egydio

Murilo Barreto Santana

RESUMO

Este artigo tem como propósito analisar os impactos do empreendedorismo social em comunidades em situação de vulnerabilidade, considerando as dimensões econômica, social, cultural e ambiental. A fundamentação teórica articula o empreendedorismo social e o capital social, entendidos como dimensões complementares na promoção do desenvolvimento humano: enquanto o primeiro mobiliza ações inovadoras voltadas ao bem comum, o segundo fornece as redes de confiança, cooperação e reciprocidade que potencializam a eficácia dessas iniciativas. A metodologia adotada foi qualitativa e bibliográfica, com análise de artigos científicos, livros e estudos nacionais que abordam a relação entre impacto social, gestão, território e participação comunitária. Os resultados indicam que empreendedores sociais enfrentam desafios estruturais, mas demonstram capacidade de gerar mudanças significativas quando sustentados por elevados níveis de capital social. Observou-se que a articulação entre colaboração comunitária, aprendizagem coletiva e gestão orientada ao impacto contribui para fortalecer identidades locais, ampliar oportunidades econômicas e promover justiça social. Conclui-se que o empreendedorismo social, associado ao capital social das comunidades, representa um caminho promissor para transformar realidades marcadas pela vulnerabilidade, reafirmando seu papel como instrumento estratégico de desenvolvimento sustentável e de ampliação da cidadania.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Capital social. Transformação social. Comunidades vulneráveis.

ABSTRACT

This article aims to analyze the impacts of social entrepreneurship in communities facing vulnerability, considering the economic, social, cultural and environmental dimensions. The theoretical foundation articulates social entrepreneurship and social capital, understood as complementary dimensions in the promotion of human development: while the first mobilizes innovative actions aimed at the common good, the second provides the networks of trust, cooperation and reciprocity that potentialize the effectiveness of these initiatives. The methodology adopted was qualitative and bibliographic, with analysis of scientific articles, books and national studies that address the relationship between social impact, management, territory and community participation. The results indicate that social entrepreneurs face structural challenges, but demonstrate the capacity to generate significant changes when supported by high levels of social capital. It was observed that the articulation between community collaboration, collective learning and impact-oriented management contributes to strengthening local identities, expanding economic opportunities and promoting social justice. It is concluded that social entrepreneurship, associated with the social capital of communities, represents a promising path to transform realities marked by vulnerability, reaffirming its role as a strategic instrument of sustainable development and expansion of citizenship.

cultural, and environmental dimensions. The theoretical framework articulates social entrepreneurship and social capital, understood as complementary dimensions in promoting human development: while the former mobilizes innovative actions directed toward the common good, the latter provides networks of trust, cooperation, and reciprocity that enhance the effectiveness of these initiatives. The methodology adopted was qualitative and bibliographic, involving the analysis of scientific articles, books, and national studies addressing the relationship between social impact, management, territory, and community participation. The results indicate that social entrepreneurs face structural challenges but demonstrate the capacity to generate significant changes when supported by high levels of social capital. It was observed that the articulation between community collaboration, collective learning, and impact-oriented management contributes to strengthening local identities, expanding economic opportunities, and promoting social justice. It is concluded that social entrepreneurship, associated with the social capital of communities, represents a promising path to transform realities marked by vulnerability, reaffirming its role as a strategic instrument for sustainable development and the expansion of citizenship.

Keywords: Social entrepreneurship. Social capital. Social transformation. Vulnerable communities.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil figura entre os países com maiores índices de desigualdade no cenário global (Banco Mundial, 2020). Assim como em diversas economias emergentes, enfrenta elevados níveis de pobreza e persistentes desafios sociais. Em contextos marcados por tais desigualdades, instituições públicas e privadas frequentemente não

conseguem atender de forma adequada às necessidades das camadas mais vulneráveis da população, tampouco assegurar sua plena inserção nos mercados formais.

Segundo o Banco Mundial (Global Poverty Line, 2020), essas lacunas institucionais se manifestam em múltiplas dimensões: falhas no sistema educacional, déficit habitacional, deficiências em saneamento básico e acesso precário à saúde. Tais fatores acarretam consequências sociais e econômicas significativas, sobretudo para a chamada Base da Pirâmide (BdP), tradicionalmente definida como o grupo que vive com menos de US\$ 2 por dia. Embora distinta da extrema pobreza (menos de US\$ 1 por dia), estudos recentes ampliam esse limite para até US\$ 8 diários e propõem uma abordagem multidimensional, que considera aspectos além da renda monetária (Banco Mundial, 2020).

O agravamento das crises sociais evidencia que as políticas públicas, isoladamente, não têm sido suficientes para enfrentar problemas urgentes, como a degradação ambiental, as mudanças climáticas e a intensificação das desigualdades (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010). Nesse cenário, a sociedade civil assume papel cada vez mais ativo na criação de soluções, desenvolvendo iniciativas que buscam preencher as lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado tradicional.

Entre essas iniciativas, destaca-se o empreendedorismo social, que emerge como alternativa inovadora diante das limitações das estruturas institucionais. O crescimento das desigualdades e a exclusão de grande parcela da população das oportunidades tradicionais de trabalho impulsionam novas formas de atuação econômica, nas quais o empreendedorismo social se consolida

como instrumento de transformação. Em um século marcado por crises globais, rápidas transformações tecnológicas e instabilidades sociais, esse fenômeno ganha relevância no campo do desenvolvimento econômico, da competitividade e da justiça social (FARFUS; ROCHA, 2007).

De acordo com Parente, Costa, Santos e Chaves (2011), o movimento se expressa por meio de organizações e projetos sociais oriundos da mobilização coletiva. Nicholls (2010) acrescenta que tais iniciativas promovem modelos de negócio capazes de gerar valor socioambiental e apontar caminhos viáveis para o futuro. Embora o termo seja relativamente recente, sua prática possui raízes históricas: líderes como Mahatma Gandhi e Martin Luther King são frequentemente lembrados como empreendedores sociais por mobilizarem transformações significativas em prol de causas coletivas, mesmo antes da consolidação conceitual do termo (OLIVEIRA, 2004).

Na contemporaneidade, o empreendedorismo social propõe soluções sustentáveis para problemas sociais, ambientais e econômicos, aliando inovação à gestão orientada para o impacto positivo. Diferencia-se, portanto, da responsabilidade social empresarial ou da filantropia, pois seu propósito central não é o lucro, mas a transformação social (OLIVEIRA, 2004).

Nesse contexto, o conceito de capital social torna-se fundamental para compreender a emergência e a efetividade das iniciativas de empreendedorismo social. Autores como Coleman (1988) e Putnam (1993) destacam que redes de confiança, cooperação, normas compartilhadas e vínculos comunitários fortalecidos constituem recursos estratégicos que facilitam ações coletivas, circulação de

informações, aprendizado interativo e engajamento cívico. Albagli e Maciel (2002) reforçam que tais elementos ampliam a capacidade de inovação e organização das comunidades, tornando soluções locais socialmente produtivas e economicamente sustentáveis.

Assim, considerando que grande parte das iniciativas de empreendedorismo social floresce em contextos de forte coesão comunitária, como cooperativas autogestionárias, projetos culturais e organizações comunitárias, torna-se possível compreender o papel do capital social como elemento estruturante da capacidade transformadora desses empreendimentos.

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca analisar como o empreendedorismo social, potencializado pelas redes de confiança, cooperação e aprendizado que compõem o capital social comunitário, pode impactar comunidades em situação de vulnerabilidade, especialmente no que se refere às dimensões econômica, social, cultural e ambiental.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Breve Contextualização Histórica do Empreendedorismo Social

O surgimento do empreendedorismo social está intrinsecamente ligado às transformações históricas, políticas e econômicas que marcaram o final do século XX e o início do século XXI. Nesse período, a intensificação da globalização e o avanço das tecnologias de informação e comunicação impulsionaram o crescimento econômico mundial, mas também ampliaram desigualdades sociais e territoriais. Como observa Oliveira (2004), os frutos do progresso técnico permaneceram concentrados em uma parcela privilegiada

da população, enquanto a exclusão e a vulnerabilidade continuaram a caracterizar grande parte das comunidades nos países em desenvolvimento.

Esse cenário evidenciou as limitações das políticas estatais e das lógicas de mercado em promover o bem-estar coletivo, desencadeando reações da sociedade civil. A emergência de líderes comunitários inconformados com a injustiça social deu origem à figura do empreendedor social, um agente que, em vez de aguardar soluções governamentais, passou a atuar diretamente em seu território, mobilizando pessoas, recursos e conhecimentos em prol da transformação local (OLIVEIRA, 2004). Essa postura ativa e inovadora aproxima o empreendedor social da figura do gestor, exigindo habilidades administrativas, de liderança e de planejamento estratégico, mas orientadas à geração de valor social.

Bornstein e Davis (2010) destacam que o empreendedorismo social deve ser compreendido como um processo histórico em constante evolução, resultante de transformações profundas nas estruturas sociais e culturais. Desde o século XIX, com a abolição de regimes de escravidão e servidão, e ao longo do século XX, com o fortalecimento dos movimentos feministas, antirracistas e de direitos humanos, consolidou-se uma nova consciência coletiva baseada na igualdade e na solidariedade. Esses movimentos ampliaram a participação social e criaram condições para o surgimento de iniciativas empreendedoras orientadas por causas sociais, muitas delas protagonizadas por grupos historicamente marginalizados.

Com o declínio de regimes autoritários e a abertura política em diversos países na segunda metade do século XX, a sociedade civil passou a experimentar maior autonomia para agir. Bornstein e Davis

(2010) ressaltam que, após a queda de governos de força em países como Brasil, Chile, Argentina e Portugal, emergiram novas formas de organização cívica e produtiva. Essas experiências reforçaram o papel das iniciativas socioempreendedoras como estratégias de enfrentamento das desigualdades e de promoção da cidadania, sobretudo em contextos nos quais o Estado se mostrava ineficiente e o mercado permanecia excludente.

Outro fator relevante para a consolidação do empreendedorismo social foi o avanço da educação e da saúde pública, que ampliou as capacidades humanas e a base de capital intelectual disponível. Entre 1970 e 1985, a taxa de alfabetização mundial cresceu significativamente e o número de universidades dobrou (BORNSTEIN; DAVIS, 2010). Esses avanços favoreceram o surgimento de novas lideranças sociais e aumentaram o potencial de gestão de projetos coletivos, estabelecendo um elo direto entre formação educacional e competência administrativa. Paralelamente, a urbanização crescente e o fortalecimento das classes médias em países em desenvolvimento, como Brasil e Índia, criaram um ambiente fértil para a inovação social e para a criação de empreendimentos voltados à inclusão (BORNSTEIN; DAVIS, 2010).

No contexto latino-americano, as desigualdades estruturais e a presença limitada do Estado em regiões periféricas estimularam a formação de iniciativas de base comunitária. Corrêa (2014) aponta que muitos desses empreendimentos nasceram de organizações populares comprometidas com o desenvolvimento local e com os princípios da economia solidária, como autogestão, cooperação e protagonismo social. De modo semelhante, Gaiger (2011) e Singer (2002) enfatizam que tais iniciativas representam formas de resistência e inovação social, nas quais a administração participativa

e a cooperação horizontal substituem a hierarquia tradicional das organizações capitalistas.

Essas experiências revelam uma nova racionalidade administrativa, voltada não apenas à eficiência, mas também à sustentabilidade e ao impacto social. Borzaga e Defourny (2001) descrevem os empreendimentos sociais como organizações híbridas, situadas na intersecção entre os setores público, privado e o terceiro setor. Essa hibridização exige competências de gestão capazes de equilibrar metas econômicas com objetivos sociais e ambientais. O empreendedor social, nesse sentido, torna-se um gestor multifuncional, responsável por planejar, articular parcerias, captar recursos e medir resultados com base em indicadores de impacto social.

O processo de urbanização e a expansão das tecnologias digitais também desempenharam papel crucial na disseminação do empreendedorismo social. Bornstein e Davis (2010) observam que inovações advindas da terceira e quarta revoluções industriais — como a internet, o crowdfunding e o e-learning — democratizaram o acesso à informação e ao conhecimento, permitindo que cidadãos comuns criassem soluções para problemas complexos com baixo custo e amplo alcance. Esse fenômeno reforçou o caráter massivo e descentralizado do movimento socioempreendedor, ao mesmo tempo em que trouxe novos desafios de gestão, transparência e escalabilidade.

No Brasil, essa transformação se manifesta em um ecossistema ainda em consolidação, mas em franca expansão. Comini, Barki e Aguiar (2012) indicam que o país carece de instrumentos de financiamento e de políticas públicas específicas, mas apresenta

forte potencial de inovação social em virtude de sua diversidade cultural e da capacidade de articulação das comunidades locais. Muitos desses empreendimentos se alinham aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, buscando conciliar impacto social, viabilidade econômica e compromisso ambiental.

Assim, o empreendedorismo social contemporâneo pode ser entendido como resultado de um longo processo histórico e social, marcado pela busca de justiça, equidade e sustentabilidade. Sua evolução reflete uma mudança de paradigma na lógica administrativa: de uma gestão centrada no lucro e na eficiência operacional para uma gestão baseada em valores éticos, impacto social e corresponsabilidade coletiva. Nesse sentido, o empreendedorismo social representa não apenas uma alternativa às falhas do Estado e do mercado, mas uma nova forma de governança social e comunitária, capaz de articular inovação, propósito e gestão eficiente em prol do desenvolvimento humano e sustentável.

2.2. O Empreendedorismo Social e as Transformações Sociais

O conceito de empreendedorismo social tem sido amplamente discutido por diferentes autores, que o reconhecem como uma força transformadora capaz de enfrentar desafios complexos da sociedade contemporânea. Bornstein e Davis (2010) definem o fenômeno como o processo pelo qual cidadãos constroem ou reformulam instituições com o propósito de oferecer soluções para problemas sociais como pobreza, analfabetismo, doenças, degradação ambiental, violações de direitos humanos e corrupção. Nessa perspectiva, o empreendedorismo social é compreendido como uma prática voltada à geração de valor coletivo, fundamentada em uma ação econômica orientada por princípios éticos.

A dimensão ética é, portanto, central para distinguir o empreendedorismo social de outras formas de empreendedorismo. Trata-se de uma atuação que busca, prioritariamente, criar valor cívico e comunitário, mobilizando pessoas e instituições em torno de causas sociais. Os empreendedores sociais, nesse sentido, são reconhecidos como protagonistas da mudança, articulando inovação, propósito e ação em benefício do bem comum.

Dees (2001) amplia essa compreensão ao caracterizar o empreendedor social como um agente de mudança comprometido com uma missão voltada à criação e manutenção de valor social. Diferentemente dos empreendedores tradicionais, esses agentes não se orientam pela lógica do lucro, mas pela busca incessante de novas oportunidades para servir sua missão. Para tanto, engajam-se em processos contínuos de inovação, adaptação e aprendizagem, atuam com ousadia diante das limitações de recursos e mantêm transparência na prestação de contas às comunidades beneficiadas.

Essa definição evidencia que o empreendedorismo social se estrutura em torno de um modelo de gestão orientado pelo impacto social e pela responsabilidade ética. Elementos como inovação, coragem e busca por oportunidades — presentes nas concepções clássicas de Say, Schumpeter, Drucker e Stevenson (apud Dees, 2001) — são reinterpretados sob uma ótica social, na qual a eficiência e a criatividade se tornam instrumentos para promover inclusão e bem-estar coletivo.

Jeff Skoll (2013), fundador da Skoll Foundation, reforça essa visão ao definir os empreendedores sociais como “sonhadores práticos”, dotados de talento, habilidade e visão para resolver problemas e transformar realidades. Para ele, o sucesso desses agentes não se

mede apenas por resultados financeiros, mas pela melhoria da qualidade de vida das pessoas. Em trabalhos posteriores, Skoll (2012) aprofunda essa reflexão ao considerar o empreendedorismo social como uma forma de democratização do poder, ao redistribuir a capacidade de criar valor econômico e ético entre diferentes atores sociais. Essa descentralização rompe com estruturas tradicionais de poder político e econômico, configurando o empreendedorismo social como um fenômeno essencialmente democrático.

Nicholls (2013) complementa essa abordagem ao interpretar o empreendedorismo social como uma construção multidimensional e dinâmica, que transita entre os setores público, privado e social. Essa característica híbrida reflete sua transversalidade, manifestando-se como um movimento cultural e institucional capaz de integrar diferentes campos de atuação e propor novos modelos de cooperação e solidariedade.

Dessa forma, o empreendedorismo social pode ser compreendido não apenas como uma prática de criação de valor social, mas como um movimento transformador de caráter massivo (BORNSTEIN; DAVIS, 2010; DEES, 2001; SKOLL, 2012; SKOLL, 2013; NICHOLLS, 2013). Ele transcende a esfera econômica e assume contornos de transformação cultural e democrática, ao redistribuir o poder de ação entre indivíduos e comunidades. Essa natureza descentralizada e ética confere ao fenômeno a capacidade de oferecer soluções sustentáveis para desafios sociais complexos.

Ao unir os campos historicamente separados do “empreendedorismo” e do “social”, esse movimento inaugura uma nova linguagem de aproximação entre a lógica de mercado e os valores de solidariedade e cidadania. O empreendedorismo social,

portanto, representa uma forma inovadora de ação coletiva, capaz de redefinir paradigmas de desenvolvimento e inclusão, inspirando práticas voltadas à construção de uma sociedade mais justa, participativa e sustentável.

2.3. Capital Social Como Base para o Empreendedorismo Social

O conceito de capital social tornou-se central nos debates sobre desenvolvimento, ao evidenciar como relações de confiança, cooperação e normas compartilhadas influenciam a capacidade de ação coletiva e a construção de soluções sociais. Entre os principais autores que estruturam esse campo, destacam-se Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam, cujas contribuições oferecem fundamentos teóricos essenciais para compreender de que modo o capital social favorece processos de mudança e iniciativas de empreendedorismo social.

Para Bourdieu (1980), o capital social corresponde ao conjunto de recursos reais ou potenciais vinculados à participação em redes duráveis de relações. Essa perspectiva mostra como vínculos sociais podem gerar vantagens e oportunidades, mas também revelar desigualdades de acesso — aspecto crucial para entender por que determinados grupos conseguem mobilizar iniciativas empreendedoras enquanto outros permanecem à margem. Nesse sentido, o empreendedorismo social pode ser interpretado como prática que emerge da capacidade de grupos em ativar e converter seus recursos relacionais em ações coletivas transformadoras.

James Coleman (1988) amplia essa discussão ao definir o capital social como recurso funcional presente nas estruturas sociais, capaz de facilitar ações individuais e coletivas. Elementos como confiança,

obrigações recíprocas, canais de informação e normas compartilhadas fortalecem o desenvolvimento humano e a cooperação. Esses fatores são decisivos em iniciativas de empreendedorismo social, pois ampliam a capacidade de coordenação, reduzem comportamentos oportunistas e criam condições para que comunidades desenvolvam respostas inovadoras aos problemas que enfrentam.

Robert Putnam (1993; 2000), por sua vez, associa diretamente o capital social à vitalidade cívica de uma sociedade. Em seus estudos, demonstra que redes de engajamento cívico, confiança e cooperação contribuem para o desempenho social, econômico e político das comunidades. Ao diferenciar o capital social bonding (de ligação, interno e coeso) do bridging (de ponte, aberto e inclusivo), Putnam oferece um quadro analítico especialmente útil para o empreendedorismo social: iniciativas comunitárias dependem tanto da coesão interna quanto da capacidade de estabelecer conexões externas com instituições, financiadores, universidades e governos.

Nesse cenário, Albagli e Maciel (2002) contribuem ao relacionar capital social e inovação social, destacando que ambientes marcados por confiança e cooperação favorecem processos de aprendizado interativo — entendido como a troca contínua de saberes e experiências entre indivíduos e grupos. Quanto maior o estoque de capital social em um território, maior a capacidade de circulação de conhecimento, reflexão coletiva e construção de práticas inovadoras ajustadas às necessidades locais. Essa perspectiva dialoga com Coleman (1988), ao enfatizar normas e obrigações mútuas como mecanismos que reduzem incertezas, e com Putnam (1993; 2000), ao evidenciar que redes de engajamento cívico ampliam a cooperação.

Ambientes colaborativos, como cooperativas, redes produtivas locais e incubadoras de empreendimentos solidários, exemplificam ecossistemas sociais nos quais capital social, aprendizado e ação coletiva se reforçam mutuamente. Nesses espaços, conhecimentos tácitos são compartilhados, vínculos são fortalecidos e novas habilidades são desenvolvidas, permitindo que indivíduos e grupos convertam seus recursos relacionais em capacidade produtiva. Essa dinâmica mostra que tais estruturas não são apenas organizacionais, mas espaços de intensificação do capital social, nos quais a confiança e a troca constante de saberes alimentam ciclos de aprendizado interativo (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

O aprendizado interativo, inspirado em autores como Lundvall e Johnson, evidencia que o conhecimento socialmente construído, fruto da prática, da convivência e da experimentação, é fundamental para que comunidades consigam inovar. Em contextos de vulnerabilidade, onde recursos materiais são escassos, esse tipo de conhecimento torna-se ainda mais crucial, permitindo a criação de soluções criativas, inclusivas e adaptadas à realidade local.

A relação entre capital social e empreendedorismo social pode ser observada em iniciativas comunitárias e cooperativas analisadas na literatura. Coleman destaca que normas e confiança fortalecem a coordenação coletiva; Putnam enfatiza que comunidades com maiores estoques de capital social apresentam maior engajamento cívico; e Bourdieu evidencia como o pertencimento a redes gera vantagens reais para a ação social. Em conjunto, esses autores ajudam a compreender por que iniciativas de base comunitária conseguem desenvolver projetos sólidos mesmo em contextos de recursos financeiros limitados.

Projetos sociais, culturais e educacionais desenvolvidos em territórios vulneráveis ilustram como o capital social se converte em competências, colaboração e inovação. Quando comunidades compartilham valores, fortalecem vínculos e ampliam o engajamento local, cria-se um ambiente propício ao surgimento de empreendedores sociais capazes de articular parcerias, mobilizar conhecimento e implementar ações com impacto duradouro.

Assim, o capital social não apenas sustenta práticas de empreendedorismo social, mas atua como catalisador de processos de transformação, ampliando a capacidade das comunidades de responder aos desafios contemporâneos. Em um contexto marcado por desigualdades persistentes e crises sociais, compreender essa relação é essencial para reconhecer como redes de confiança, cooperação e aprendizado podem se tornar motores de inovação, desenvolvimento humano e inclusão socioeconômica.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, adequada à complexidade do fenômeno investigado. Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de captar nuances contextuais, percepções subjetivas e impactos que não podem ser mensurados de forma direta, mas que são fundamentais para compreender a dinâmica do empreendedorismo social em territórios vulneráveis.

Como estratégia de investigação, optou-se pela análise documental, fundamentada em fontes secundárias selecionadas de maneira criteriosa. O corpus da pesquisa será composto por artigos científicos, relatórios de organizações da sociedade civil,

documentos institucionais e materiais produzidos por empreendimentos sociais ou entidades de apoio à inovação social. Essa técnica possibilita mapear práticas recorrentes, modelos de gestão aplicados e discursos predominantes relacionados à atuação socioempreendedora.

A seleção dos documentos obedeceu a critérios de rigor acadêmico, atualidade e relevância temática, privilegiando conteúdos que abordem tanto aspectos conceituais quanto estudos de caso e experiências práticas em diferentes contextos territoriais. O processo analítico será conduzido por meio de leitura crítica e categorização temática, permitindo identificar padrões, desafios e potencialidades presentes no campo investigado.

A análise dos dados seguirá os procedimentos da análise de conteúdo, que possibilitam examinar sistematicamente os sentidos presentes nos documentos selecionados. O material será organizado em categorias temáticas — como desafios, impactos, práticas de gestão, inovação e capital social — de modo a revelar padrões, convergências, contradições e singularidades na atuação dos empreendimentos sociais. A categorização será flexível, respeitando a natureza interpretativa da pesquisa qualitativa e permitindo a incorporação de novas categorias emergentes ao longo do processo.

A interpretação dos achados será orientada pelo diálogo constante entre os dados documentais e o referencial teórico, especialmente as contribuições sobre empreendedorismo social, capital social e desenvolvimento humano. Essa triangulação assegura maior rigor e consistência, permitindo compreender como os elementos identificados nos documentos refletem — ou tensionam — os conceitos discutidos na literatura. Dessa forma, o processo analítico

não se limita à descrição dos conteúdos, mas busca construir uma leitura crítica capaz de evidenciar dinâmicas estruturais, mecanismos de transformação e limitações que permeiam as iniciativas de empreendedorismo social em contextos vulneráveis.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Principais Desafios dos Empreendedores Sociais no Brasil

O desenvolvimento do empreendedorismo social no Brasil ocorre em um contexto marcado por desigualdades estruturais, fragilidade institucional e ausência de políticas públicas articuladas. Embora o país possua um ecossistema empreendedor dinâmico, grande parte das iniciativas sociais enfrenta barreiras que dificultam sua consolidação, expansão e sustentabilidade. Esses entraves não se limitam às dimensões econômicas ou administrativas: envolvem também aspectos sociais e relacionais, diretamente vinculados à disponibilidade, ou à ausência, de capital social. A baixa densidade dessas redes em muitos territórios vulneráveis explica por que diversos desafios persistem mesmo diante da existência de recursos financeiros ou programas de apoio. Para compreender tais obstáculos, é necessário integrá-los à dinâmica das relações sociais, conforme a perspectiva de autores como Bourdieu, Coleman e Putnam.

Outro grande desafio enfrentado pelos empreendedores sociais brasileiros é o acesso a recursos financeiros. A escassez de investimentos públicos e privados, somada à ausência de marcos jurídicos que regulamentem negócios de impacto, gera instabilidade e imprevisibilidade. Esse problema, contudo, está diretamente relacionado ao capital social: como demonstra Putnam

(1993), relações de confiança entre instituições, organizações da sociedade civil e investidores são decisivas para viabilizar parcerias duradouras. Em regiões periféricas, onde tais vínculos são frágeis ou inexistentes, iniciativas promissoras encontram dificuldades para obter crédito, apoio técnico ou reconhecimento institucional. Assim, o déficit de capital social intensifica o déficit de capital financeiro.

Outro obstáculo recorrente refere-se à capacitação em gestão e planejamento estratégico. Muitos empreendedores sociais iniciam seus projetos motivados por forte consciência ética e por experiências vividas em seus territórios, mas carecem de ferramentas de gestão, avaliação e monitoramento. Essa limitação não se reduz a uma deficiência técnica: está também relacionada à fragilidade das redes de relacionamento. Conforme Albagli e Maciel (2002), conhecimentos essenciais — como práticas administrativas, metodologias de impacto social ou modelos colaborativos — circulam por meio de interações sociais. Ambientes com baixa densidade associativa limitam a transmissão de saberes tácitos, reduzindo o potencial inovador e organizacional das iniciativas.

Coleman (1988) reforça essa ideia ao destacar que recursos educacionais e informacionais são parte constitutiva do capital social, pois emergem das interações entre indivíduos inseridos em uma mesma estrutura social. Empreendedores situados em comunidades pouco articuladas tendem, portanto, a ter menor acesso a conhecimentos estratégicos necessários à sustentabilidade de seus projetos. O fortalecimento das redes locais, nesse sentido, é componente essencial para o desenvolvimento das competências empreendedoras.

A ausência de um marco jurídico específico para negócios sociais no Brasil constitui outro desafio relevante. Essa lacuna gera insegurança regulatória e dificulta o acesso a mecanismos tradicionais de financiamento ou contratação pelo setor público. Embora pareça um problema exclusivamente institucional, autores como Putnam (1993) e Coleman (1988) demonstram que a eficácia das instituições depende da qualidade das relações sociais que as sustentam. Em territórios onde a sociedade civil é pouco articulada e a participação política é limitada, as instituições tendem a ser frágeis ou pouco responsivas às demandas sociais. Assim, a falta de regulamentação reflete não apenas falhas estatais, mas também a insuficiência de integração entre governos, organizações sociais e comunidades.

Outro desafio significativo é a mensuração e comunicação do impacto social. Apesar da existência de metodologias consolidadas, como a Teoria da Mudança e indicadores de desempenho, muitos empreendedores sociais — especialmente os de base comunitária — enfrentam dificuldades para utilizar ferramentas de avaliação. Essa limitação decorre tanto da ausência de formação técnica quanto da fragilidade das redes colaborativas que poderiam compartilhar modelos e boas práticas. Putnam (1993) observa que comunidades com redes densas tendem a produzir e disseminar mais informações relevantes, aumentando sua capacidade de coordenação. Já em contextos marcados pela desconfiança e fragmentação social, a circulação de informações estratégicas é restrita, comprometendo a visibilidade e a legitimidade das iniciativas.

Em síntese, os principais desafios enfrentados pelos empreendedores sociais brasileiros não podem ser analisados apenas sob a ótica administrativa ou econômica. Eles revelam um

problema estrutural mais profundo: a insuficiência de capital social em grande parte dos territórios onde essas iniciativas atuam. A superação desses obstáculos exige políticas públicas integradas, formação empreendedora e, sobretudo, o fortalecimento das redes comunitárias, ampliando vínculos de confiança, cooperação e aprendizado — elementos indispensáveis para qualquer projeto de transformação social sustentável.

4.2. Impactos Sociais Gerados por Iniciativas de Empreendedorismo Social

Os impactos produzidos pelo empreendedorismo social no Brasil evidenciam a força transformadora de modelos de atuação que integram inovação, engajamento comunitário e desenvolvimento sustentável. Apesar das limitações estruturais, como desigualdade socioeconômica, ausência de políticas públicas consistentes e dificuldade de acesso a recursos, diversas iniciativas têm demonstrado que é possível promover mudanças reais e duradouras em territórios vulneráveis. Esses impactos se manifestam em múltiplas dimensões, sejam elas econômica, social, cultural, política e ambiental, refletindo a capacidade do empreendedorismo social de ativar recursos locais, fortalecer vínculos comunitários e ampliar oportunidades de inclusão (Yunus, 2008; Nicholls, 2010).

Na dimensão econômica, os efeitos podem ser observados na criação de alternativas produtivas que ampliam a autonomia financeira de indivíduos e grupos historicamente excluídos. Programas de microcrédito, empreendimentos comunitários, cooperativas e negócios de impacto oferecem oportunidades de geração de renda que reduzem a dependência de políticas assistenciais. O modelo proposto por Yunus (2008) demonstra como

o acesso a pequenos financiamentos e redes de apoio pode transformar famílias ao longo do tempo, fomentando protagonismo e reduzindo vulnerabilidades. No Brasil, iniciativas como projetos de geração de renda, feiras comunitárias, economia criativa e redes de pequenos negócios têm desempenhado papel semelhante ao permitir que populações periféricas acessem mercados, desenvolvam competências e construam trajetórias econômicas mais estáveis.

Além disso, o empreendedorismo social contribui para dinamizar economias locais, criando circuitos produtivos que fortalecem cadeias de valor regionais. Ao estimular a produção e o consumo dentro das próprias comunidades, essas iniciativas reduzem a dependência de mercados externos e promovem maior circulação de recursos financeiros nos territórios. Esse processo gera efeitos multiplicadores, pois o aumento da renda local favorece o consumo de bens e serviços comunitários, ampliando a sustentabilidade econômica das iniciativas.

Outro aspecto relevante é a capacidade do empreendedorismo social de atrair investimentos de impacto e parcerias institucionais. Organizações internacionais, fundações e empresas têm direcionado recursos para apoiar projetos que conciliam viabilidade econômica e transformação social. Esse movimento amplia a visibilidade das iniciativas e fortalece sua capacidade de expansão, ao mesmo tempo em que cria novas oportunidades de inserção em mercados competitivos.

Os impactos econômicos do empreendedorismo social não podem ser compreendidos apenas pela ótica da geração de renda. Eles estão profundamente vinculados ao capital social, entendido por

Bourdieu (1980) como o conjunto de recursos reais ou potenciais associados à participação em redes duráveis de relações. O acesso a crédito, mercados e parcerias depende da capacidade de mobilizar essas redes, o que explica por que comunidades com maior densidade associativa conseguem estruturar empreendimentos mais sólidos e sustentáveis.

Coleman (1988) acrescenta que o capital social funciona como recurso funcional que reduz custos de transação e amplia a eficiência das interações econômicas. No caso dos empreendimentos sociais, a confiança entre membros da comunidade e instituições externas é decisiva para viabilizar microcrédito, cooperativas e negócios de impacto. Assim, o fortalecimento das redes locais não apenas gera renda, mas também cria condições para que os empreendimentos se mantenham e se expandam.

Do ponto de vista social, os impactos são ainda mais profundos. O empreendedorismo social promove processos de empoderamento individual e coletivo, incentivando moradores de territórios vulneráveis a participarem ativamente da solução de seus próprios problemas. Esse envolvimento fortalece a autoestima, amplia o acesso a direitos e reduz os efeitos da exclusão, criando espaços de convivência, aprendizado e participação cidadã. Muitas iniciativas sociais atuam como mediadoras entre Estado e comunidade, suprindo lacunas em áreas como educação, saúde, mobilidade e assistência social.

Além disso, o empreendedorismo social contribui para a construção de capital humano, ao oferecer oportunidades de capacitação e desenvolvimento de competências. Oficinas, cursos e programas de

formação promovidos por empreendimentos sociais ampliam o repertório de habilidades dos participantes, favorecendo sua inserção em mercados de trabalho formais e informais. Esse processo fortalece a autonomia dos indivíduos e aumenta sua capacidade de mobilização em prol de melhorias coletivas.

Outro impacto social relevante é a criação de redes de solidariedade e cooperação. Ao reunir pessoas em torno de objetivos comuns, os empreendimentos sociais fortalecem vínculos comunitários e estimulam práticas de ajuda mútua. Essas redes funcionam como mecanismos de proteção social, capazes de reduzir vulnerabilidades e ampliar a resiliência das comunidades diante de crises econômicas ou sociais.

Do ponto de vista social, os impactos do empreendedorismo estão diretamente relacionados à capacidade de mobilização coletiva. Putnam (1993) demonstra que comunidades com elevados níveis de engajamento cívico e confiança interpessoal apresentam maior capacidade de coordenação social. Isso se reflete em iniciativas de empreendedorismo social que conseguem articular moradores em torno de objetivos comuns, promovendo empoderamento e participação cidadã.

Albagli e Maciel (2002) reforçam que o aprendizado interativo é favorecido em ambientes ricos em capital social. Dessa forma, os empreendimentos sociais não apenas oferecem serviços ou oportunidades, mas também criam espaços de convivência e cooperação que fortalecem a coesão comunitária e ampliam a resiliência social diante de crises.

A dimensão cultural também merece destaque. O empreendedorismo social frequentemente valoriza identidades periféricas, tradições locais e expressões comunitárias historicamente marginalizadas. Ao promover cultura, arte, esporte e tecnologia como ferramentas de transformação, essas iniciativas contribuem para ressignificar a imagem das periferias e combater estigmas. A CUFA, por exemplo, ao organizar eventos como a *Taça das Favelas*, projeta a periferia como espaço de potência, diversidade e criatividade, gerando reconhecimento simbólico e sentido de pertencimento.

Além disso, o empreendedorismo social atua como instrumento de preservação e revitalização cultural. Projetos voltados para a valorização de saberes tradicionais, artesanato e manifestações artísticas locais contribuem para manter vivas práticas culturais que, muitas vezes, correm risco de desaparecer. Ao transformar esses elementos em produtos e serviços, as iniciativas sociais promovem inclusão econômica e reforçam a identidade cultural das comunidades.

Outro aspecto cultural relevante é a capacidade de promover intercâmbios e diálogos entre diferentes grupos sociais. Ao articular parcerias com universidades, instituições culturais e organizações da sociedade civil, os empreendimentos sociais ampliam o alcance de suas ações e favorecem a circulação de ideias e práticas inovadoras. Esse processo contribui para a construção de uma cultura de diversidade e respeito, fortalecendo valores de cidadania e solidariedade.

Na dimensão cultural, o capital social se manifesta na valorização de identidades coletivas e na legitimação de práticas comunitárias.

Bourdieu (1980) destaca que o pertencimento a redes sociais confere reconhecimento simbólico, o que é essencial para iniciativas que buscam ressignificar a imagem das periferias e combater estigmas. Projetos culturais e artísticos, ao mobilizarem redes locais, ampliam o sentido de pertencimento e reforçam a autoestima coletiva.

Putnam (2000) diferencia o capital social *bonding* (de ligação, interno e coeso) e *bridging* (de ponte, aberto e inclusivo). Essa distinção é útil para compreender como empreendimentos culturais conseguem, ao mesmo tempo, fortalecer vínculos internos e criar pontes com instituições externas, como universidades e organizações culturais. Essa articulação amplia o alcance das iniciativas e favorece a circulação de práticas inovadoras.

Além disso, há impactos ambientais crescentes em projetos voltados à reciclagem, agricultura urbana, gestão de resíduos, consumo consciente e economia circular. Ao integrar sustentabilidade ambiental e inclusão produtiva, tais iniciativas demonstram que comunidades vulneráveis podem ser protagonistas na construção de modelos ecológicos inovadores, reduzindo danos ambientais e promovendo práticas sustentáveis.

O empreendedorismo social também contribui para a conscientização ambiental, ao promover campanhas educativas e práticas cotidianas voltadas para o uso racional dos recursos naturais. Projetos de hortas comunitárias, coleta seletiva e reaproveitamento de materiais estimulam mudanças de comportamento e fortalecem a responsabilidade socioambiental dos participantes.

Outro impacto ambiental relevante é a capacidade de gerar soluções inovadoras para problemas locais. Iniciativas que desenvolvem tecnologias sociais voltadas para o aproveitamento de resíduos, a produção de energia limpa ou o manejo sustentável de recursos naturais demonstram que é possível conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Essas práticas reforçam a ideia de que comunidades vulneráveis podem ser protagonistas na construção de modelos sustentáveis de desenvolvimento.

Os impactos ambientais do empreendedorismo social também estão associados ao capital social. Projetos de reciclagem, agricultura urbana e economia circular dependem da cooperação entre indivíduos e da confiança mútua para que práticas sustentáveis sejam incorporadas no cotidiano comunitário. Coleman (1988) observa que normas compartilhadas e obrigações recíprocas reduzem comportamentos oportunistas, o que é fundamental para iniciativas ambientais que exigem disciplina coletiva, como coleta seletiva ou gestão de resíduos.

Albagli e Maciel (2002) destacam que ambientes colaborativos favorecem a inovação social, permitindo que comunidades construam soluções integradas às suas necessidades. Nesse sentido, o capital social funciona como catalisador de práticas ambientais inovadoras, pois fortalece redes de cooperação e aprendizado coletivo. Assim, comunidades com maior densidade associativa tendem a desenvolver modelos mais eficazes de sustentabilidade, conciliando preservação ambiental e inclusão produtiva.

Em síntese, os impactos do empreendedorismo social transcendem resultados imediatos e contribuem para transformações estruturais

alinhadas aos princípios da justiça social. O fortalecimento das redes comunitárias, a ampliação das oportunidades econômicas, a construção de capacidades individuais e coletivas e o reconhecimento das identidades culturais consolidam processos de mudança capazes de romper ciclos de exclusão e desigualdade. Assim, o empreendedorismo social emerge como ferramenta estratégica para promover desenvolvimento humano e expandir horizontes de possibilidade em territórios vulneráveis, articulando inovação, ação coletiva e capital social como fundamentos de um futuro mais justo e sustentável.

Ademais, ao associar os impactos do empreendedorismo social à teoria do capital social, percebe-se que a força transformadora dessas iniciativas não reside apenas em sua capacidade econômica ou administrativa, mas na qualidade das relações sociais que as sustentam. Como demonstram Bourdieu (1980), Coleman (1988), Putnam (1993; 2000) e Albagli e Maciel (2002), redes de confiança, cooperação e reciprocidade são elementos estruturantes que ampliam a eficácia das ações coletivas e tornam possível a construção de soluções duradouras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta pesquisa foi analisar os impactos do empreendedorismo social em comunidades em situação de vulnerabilidade, considerando as dimensões econômica, social, cultural e ambiental. Ao longo do estudo, buscou-se compreender como iniciativas empreendedoras voltadas para o bem coletivo podem promover transformações significativas e sustentáveis, contribuindo para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da cidadania.

No âmbito econômico, verificou-se que o empreendedorismo social desempenha papel fundamental na geração de renda e na criação de oportunidades de trabalho. Ao estimular atividades produtivas locais e fomentar modelos de negócios inclusivos, essas iniciativas contribuem para dinamizar economias periféricas, reduzir a dependência de programas assistenciais e fortalecer a autonomia financeira das comunidades. Além disso, a circulação de recursos dentro do território amplia o potencial de desenvolvimento endógeno.

Na dimensão social, os impactos se manifestam na promoção da inclusão e na construção de redes de solidariedade. Projetos de empreendedorismo social fortalecem laços comunitários, estimulam a cooperação e ampliam o acesso a serviços essenciais, como educação, saúde e capacitação profissional. Dessa forma, contribuem para a redução das desigualdades sociais e para o empoderamento de grupos historicamente marginalizados, criando condições mais equitativas de participação cidadã.

Sob a perspectiva cultural, o empreendedorismo social valoriza saberes locais e tradições comunitárias, transformando-os em ativos para o desenvolvimento. Ao reconhecer e potencializar práticas culturais, artesanato, gastronomia e manifestações artísticas, essas iniciativas promovem identidade, autoestima e pertencimento. Além disso, favorecem o diálogo intercultural e a preservação de patrimônios imateriais, fortalecendo a diversidade como elemento estratégico para o crescimento sustentável.

Na dimensão ambiental, os empreendimentos sociais se destacam pela adoção de práticas sustentáveis e pela conscientização ecológica. Projetos voltados para reciclagem, agricultura orgânica,

uso racional de recursos naturais e energias renováveis demonstram que é possível conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental. Assim, contribuem para mitigar impactos negativos, promover resiliência climática e estimular uma relação mais equilibrada entre sociedade e natureza.

De forma integrada, os resultados evidenciam que o empreendedorismo social não apenas gera benefícios imediatos, mas também promove transformações estruturais de longo prazo. Ao articular dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais, essas iniciativas constroem bases sólidas para o desenvolvimento sustentável e para a superação de vulnerabilidades históricas.

Por fim, conclui-se que o empreendedorismo social é uma estratégia potente de inovação e justiça social. Ele amplia horizontes de possibilidades para comunidades vulneráveis, fortalece a cidadania e contribui para a construção de sociedades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. O desafio que se coloca é ampliar políticas públicas e mecanismos de apoio que garantam a continuidade e a expansão dessas iniciativas, consolidando seus impactos positivos em escala cada vez maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Capital social e empreendedorismo local. *Revista Parcerias Estratégicas*, Brasília, v. 7, n. 14, p. 121-150, dez. 2002. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ALTER, Kim. *Social Enterprise Typology*. Virtue Ventures LLC, 2007. Disponível em:

<https://www.virtueventures.com/resources/setypology>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ASHOKA. O que é inovação social? 2020. Disponível em: <https://www.ashoka.org/pt-br>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BARBOSA, Livia de Oliveira; FARIA, Maurício de. Educação empreendedora e formação para a cidadania: reflexões a partir do empreendedorismo social. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 245–264, mar./abr. 2011.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BESSANT, John; TIDD, Joe. *Inovação e empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BIGNETTI, Luiz Paulo. Social innovation: ideas, tendencies and research possibilities. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, p. 3–14, 2011.

BISPO, Luís Carlos. *Capital social e desenvolvimento local: perspectivas para ações comunitárias*. 2018. Monografia (Graduação em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1162/1/2018_mono_luisbispo.pdf.

BISPO, Luís Carlos. *O empreendedorismo social: atuação e impacto do empreendedorismo social no município de São Francisco do Conde*. São Francisco do Conde: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Instituto de Educação a Distância, 2018. 32 f. Disponível em:

https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1162/1/2018_mono_luisbispo.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.

BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: os empreendedores sociais e o poder de novas ideias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BORNSTEIN, David; DAVIS, Susan. *Social Entrepreneurship: What Everyone Needs to Know*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BORTOLOZZI, Arlindo. Capital social: uma revisão teórica e conceitual. *Revista FAE*, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 69–82, 2005. Disponível em:

<https://revistafae.fae.emnuvens.com.br/revistafae/article/view/416/299>.

BORZAGA, Carlo; DEFOURNY, Jacques (org.). *The Emergence of Social Enterprise*. London: Routledge, 2001.

BORZAGA, Carlo; BODINI, Raffaella. What to make of social innovation? Towards a framework for policy development. *Euricse Working Papers*, n. 62, 2014.

BOTELHO, L.; CUNHA, C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121–136, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 10 out. 2025.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 31, p. 2–3, 1980.

BRITISH COUNCIL. *The state of social enterprise: A global perspective*. London: British Council, 2022. Disponível em:

<https://www.britishcouncil.org>. Acesso em: 24 abr. 2025.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v. 94, p. S95–S120, 1988.

COMINI, Graziella; BARKI, Edgard; AGUIAR, L. T. A three-pronged approach to social business: A Brazilian multi-case analysis. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 385–397, 2012.

CORRÊA, E. C. Empreendedorismo social e políticas públicas: um estudo de experiências no Brasil. *Revista Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 1, p. 47–58, 2014.

CORRÊA, Mariana. *Empreendedorismo social e desenvolvimento local*. São Paulo: Atlas, 2014.

CRUZ, G. As duas faces do empreendedorismo social. *Revista Eletrônica Mestrado em Administração (RAUnP)*, v. 5, n. 1, p. 9–20, 2013.

DAGNINO, Renato. *Tecnociência solidária: um modelo estratégico de desenvolvimento*. Campinas: Unicamp, 2004.

DALFOVO, S.; LANA, A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 1–13, 2008.

DEES, J. Gregory. The meaning of “social entrepreneurship”. Reformatted from draft paper for the Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership, 2001. Disponível em: <https://entrepreneurship.duke.edu/news-item/the-meaning-of-social-entrepreneurship/>. Acesso em: 1 maio 2025.

EMERSON, Jed. The blended value proposition: integrating social and financial returns. *California Management Review*, v. 45, n. 4, p. 35–51, 2003.

FARFUS, D.; ROCHA, M. C. S. Inovação social: um conceito em construção. In: Inovações sociais. Curitiba: SENAI, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREEMAN, Christopher. Networks of innovators: a synthesis of research issues. *Research Policy*, v. 20, n. 5, p. 499–514, 1991.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária como um movimento social: desafios teóricos e políticos. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 265–289, 2011.

GAIGER, Luiz Inácio. *Sentidos do trabalho na economia solidária: entre a alienação e a realização*. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

GIFE – GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. *Políticas públicas para negócios de impacto social no Brasil: cenário, desafios e oportunidades*. São Paulo: GIFE, 2020. Disponível em: <https://gife.org.br>. Acesso em: 27 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ICE – INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL. *O que são negócios de impacto?* São Paulo, 2019. Disponível em: <https://ice.org.br/negociosdeimpacto/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

INSTITUTO BRASIL MAIS SOCIAL. *Relatório Anual de Insegurança Alimentar no Brasil*. São Paulo: IBMS, 2023. Disponível em: <https://www.brasilmaissocial.org>. Acesso em: 7 abr. 2025.

KRAMER, M. R.; PFITZER, M. W. The ecosystem of shared value. *Harvard Business Review*, v. 94, n. 10, p. 80–89, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LOPES FILHO, Renato Martins. *Empreendedorismo social: importância do cooperativismo para o desenvolvimento econômico e seu impacto na sociedade*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Graduação em Administração, 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/34168>. Acesso em: 1 maio 2025.

LUNDEVALL, Bengt-Åke; JOHNSON, Björn. The learning economy. *Journal of Industry Studies*, v. 1, n. 2, p. 23–42, 1994.

MAIR, Johanna; MARTÍ, Ignasi. Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*, v. 41, n. 1, p. 36–44, 2006.

MARTIN, Roger L.; OSBERG, Sally. Social entrepreneurship: the case for definition. *Stanford Social Innovation Review*, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MONTEIRO, Rayssa Maria Lima Félix. *Capital social e desenvolvimento: uma análise sociológica*. 2015. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/34168>.

MULGAN, Geoff et al. *Social impact investment: the challenge and opportunity of social impact bonds*. London: Young Foundation, 2010.

MULGAN, Geoff et al. *Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*. Oxford: Said Business School, 2007.

MURRAY, Robin; CAULIER-GRICE, Julie; MULGAN, Geoff. *The open book of social innovation*. London: NESTA/The Young Foundation, 2010.

NEWBY, Howard. *Industrial society: class, cleavages and control*. London: Routledge, 1992.

NICHOLLS, Alex. The legitimacy of social entrepreneurship: reflexive isomorphism in a pre-paradigmatic field. *Entrepreneurship Theory*

and Practice, v. 34, n. 4, p. 611–633, 2010.

NICHOLLS, Alex (org.). *Social entrepreneurship: new models of sustainable social change*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

NICHOLLS, Alex. *Social entrepreneurship: new models of sustainable social change*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9–18, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://revistafae.fae.emnuvens.com.br/revistafae/article/view/416/299>. Acesso em: 10 out. 2025.

OLIVEIRA, Rebeca Pires; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Empreendedorismo social e trajetória individual: a história do Banco Liberdade. *Revista NAU Social*, v. 12, n. 23, p. 753–767, maio/nov. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/hausocial/article/view/45782>. Acesso em: 10 out. 2025.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Empreendedorismo social: a transformação de valores*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PARENTE, C.; COSTA, D.; SANTOS, M.; CHAVES, R. R. C. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. In: ENCONTRO NACIONAL DE SOCIOLOGIA INDUSTRIAL, DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO, XIV., 2011, Lisboa. Anais [...]. Lisboa: APSIOT, 2011. p. 268–282.

PHILLS, James A.; DEIGLMEIER, Kriss; MILLER, Dale T. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, v. 6, n. 4, p. 34–

43, 2008.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: PNUD Brasil, 2015.

PRAHALAD, C. K. *The fortune at the bottom of the pyramid*. Upper Saddle River, NJ: Wharton School Publishing, 2005.

PUTNAM, Robert D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

REVISTA NOVA ECONOMIA. Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 475–506, dez. 2009.

RIBEIRO, Rosana; NEDER, Henrique D. Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade. [Dados incompletos – complementar referência].

RIFKIN, Jeremy. *A sociedade de custo marginal zero: a internet das coisas, o colapso do capitalismo e o nascimento de uma nova ordem econômica*. São Paulo: M. Books, 2014.

RODRIGUES, Patrícia Peres; SUGAHARA, Cibele Roberta; BRANCHI, Bruna Angela; FERREIRA, Denise Helena Lombardo. Teoria da mudança e metodologias de avaliação de projetos sociais nas organizações. *Revista Empreendedorismo, Negócios e Inovação*, São Bernardo do Campo, v. 6, n. 1, p. 59–71, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36942/reni.v6i1.332>.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Jeffrey. *Economia para um planeta superlotado*. São Paulo: Record, 2009.

SANTOS, Filipe M. Uma teoria positiva do empreendedorismo social. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 381–389, jul./set. 2012.

SEBRAE. *Negócios de impacto social: panorama e oportunidades no Brasil*. Brasília: Sebrae, 2023. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155–163, jul./dez. 2010.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SKOLL, Jeff. Foreword. In: NICHOLLS, Alex (org.). *Social entrepreneurship: new models of sustainable social change*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SKOLL, Jeff; MILLER, John; DAVIDSON, Beth. *The power of unreasonable people: how social entrepreneurs create markets that change the world*. New York: Harvard Business Review Press, 2012.

THOMPSON, T. A.; PURDY, J. M.; VENTRESCA, M. J. How entrepreneurial ecosystems take form: evidence from social impact

initiatives in Seattle. *Strategic Entrepreneurship Journal*, v. 12, n. 1, p. 96–116, 2018.

TRIVEDI, C.; STOKOLS, D. Social enterprises and corporate enterprises: fundamental differences and defining features. *The Journal of Entrepreneurship*, v. 20, n. 1, p. 1–32, 2011.

VERGA, R. R. R.; SILVA, L. R. Empreendedorismo social: uma perspectiva crítica. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v. 3, n. 1, p. 101–124, 2014.

YUNUS, Muhammad. *Criação de um mundo sem pobreza: o empreendedorismo social e o futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

WORLD BANK. *Poverty and Shared Prosperity: Global Poverty Line*. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty>. Acesso em: 6 dez. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288–322, abr./jun. 2012.

YUNUS, Muhammad. *Empresas para todos: o caminho para o capitalismo social*